



FONTES PARA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CURIÚVA – PR: CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIOGRAFIA DAS ESCOLAS RURAIS NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ

Luiz Antonio de Oliveira¹
Cibele Mayara da Silva²
Suelen Pereira Bueno³

Resumo

O presente texto apresenta os resultados da pesquisa fontes para História da Educação no município de Curiúva, Estado do Paraná. O interesse insere-se na demanda do grupo de pesquisa HISTEDNOPR por contribuir com a historiografia das instituições escolares na região Norte Pioneiro do Paraná. As fontes do estudo são os arquivos encontrados na Secretaria Municipal de Educação do referido município, bem como depoimentos de professores, ex-professores e estudantes. Tomou-se como referencial teórico os autores Halbwachs (2006); Marx e Engels (1999); Bittar e Ferreira Júnior (2009). O texto encontra-se organizado por revisão da literatura no período (2010 – 2016) nas revistas Histedbr On-line, Revista Brasileira de História da Educação, Revista História da Educação; fontes para História da Educação Rural no município de Curiúva-PR; Memórias das escolas rurais São José e Maria Quitéria. A pesquisa evidencia a importância da reconstrução histórica, num contexto de identificação das influências sobre a educação dos costumes e dos movimentos da dinâmica da sociedade global e local curiuvense, como parte no projeto formador republicano. Também contribui com a identificação de fontes para pesquisas posteriores.

Palavras-chave: História da educação. Educação rural. Curiúva.

SORCES FOR HISTORY OF EDUCATION AT CURIÚVA – PR: CONTRIBUTIONS TO THE HISTORIOGRAPHY OF RURAL SCHOOLS IN NORTHERN PARANÁ

Abstract

This report presents the results of the research sources for History of Education in the Municipality of Curiúva, state of Paraná. The interest is part of the demand of the HISTEDNOPR research group in order to contribute to the historiography of school institutions in the Northern Pioneer region of Paraná. The sources of the study are the files found in the Municipal Department of Education of said municipality, as well as testimonies of teachers, former teachers and students. The authors Halbwachs (2006); Marx e Engels (1999); Bittar e Ferreira Júnior (2009) were the theoretical reference for the study. The text is organized by review of the literature in the period (2010 - 2016) in the magazines Histedbr On-line, Brazilian Journal of History of Education, History of Education Magazine; sources for the History of Rural Education in the municipality of Curiúva-PR; Memories of rural schools São José and Maria Quitéria. The research highlights the importance of historical



reconstruction in a context of identifying influences on the education of customs and movements of the global and local society of Curiúva which fulfilled part in the republican formator project. It also contributes to the identification of sources for further research.

Keywords: History of education. Rural education. Curiúva.

FUENTES PARA LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN EN EL MUNICIPIO DE CURIÚVA- PR: CONTRIBUCIONES PARA LA HISTORIOGRAFÍA DE LAS ESCUELAS RURALES EN EL NORTE PIONERO DE PARANÁ

Resumen

El presente informe contiene los resultados de investigaciones fuentes para Historia de la Educación en el Municipio de Curiúva, estado de Paraná. El interés se encuadra en la demanda del grupo de investigación HISTEDNOPR por contribuir con la historiografía de las instituciones escolares en la región Norte Pionero del Paraná. Las fuentes de estudio son archivos encontrados en la Secretaria Municipal de Educación del referido municipio, así como las declaraciones de profesores, ex-profesores y estudiantes. Se tomó como referencial teórico los autores. El texto se encuentra organizado por revisión de la Literatura en el período (2010-2016) en las revistas Histedbr On-line, revista Brasileira de Historia de la Educación, Revista Historia de la Educación; fuentes para Historia de la Educación Rural en el municipio de Curiúva-PR; Memórias de las escuelas rurales San José y Maria Quitéria. La investigación prueba la importancia de la reconstrucción histórica en un contexto de identificación de las influencias sobre la educación de costumbres y de los movimientos de la dinámica de la sociedad global y local curiuense haciendo parte en el proyecto formador republicano, así como, contribuye con la identificación de fuentes para posteriores investigaciones.

Palabras clave: Historia de la educación. Educación rural. Curiúva.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O relato apresenta parte do resultado da pesquisa fontes para História da Educação no Município de Curiúva, Estado do Paraná, com recorte nas escolas rurais no Norte Pioneiro do Paraná. O interesse insere-se na demanda do grupo de pesquisa HISTEDNOPR (Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil – GT Norte Pioneiro do Paraná) pela historiografia das instituições escolares na região Norte Pioneiro do Paraná. A pesquisa pretende somar-se aos esforços de outros trabalhos que se inquietam com as ausências sobre os percursos históricos da atividade escolar/educativa na escolarização no Norte Pioneiro do



Paraná. O estudo é uma contribuição para pensar a historicidade a partir da organização dos arquivos escolares no município de Curiúva do final dos anos 1960 até 2017.

O recorte fundamenta-se na importância dos arquivos escolares na construção da História da Educação, por se constituírem em materialidade histórica da existência das instituições. Ademais, os arquivos constituem registros da prestação de contas e percurso das administrações públicas, bem como são oportunidade do senso de identidade dos cidadãos, conforme afirma Fonseca (2005). As fontes do estudo são os arquivos encontrados na Secretaria Municipal de Educação do referido município, bem como depoimentos de professores, ex-professores e estudantes, e fotografias.

Os primórdios do povoamento, que deu origem ao Município de Curiúva, remontam à segunda metade do século XIX. O processo de abertura de caminhos para o interior do Paraná deu início ao povoamento da região situada entre os rios Paranapanema e Tibagi. Por mando de João da Silva Machado (Barão de Antonina), o sertanista Joaquim Francisco Lopes desbravou a região, ligando os Campos Gerais à Colônia Militar de Jataizinho. Fazendas e plantações foram constituídas com a expulsão e submissão de Caiquanques e Guaranis, por cooptação via catequização e violência, sob o comando do referido Barão de Antonina, que, por mais contraditória, é nome dado à terra indígena nos dias presentes, no Município de São Jerônimo da Serra-PR. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

O primeiro povoado da localidade, na qual se localiza o Município de Curiúva, recebeu o nome de *Caeté* (Mata Virgem). Com finalidade administrativa, o Decreto Estadual nº 985, de 18 de dezembro de 1912, transformou o lugar em Distrito Policial, com sede no povoamento de *Caeté*, então pertencente ao Município de Tibagi. Em 1938, *Caeté* foi anexado ao município de São Jerônimo (atual São Jerônimo da Serra), quando foi transformado em Distrito Administrativo e Judiciário. Em 30 de dezembro de 1943, pelo Decreto-Lei nº 199, o Distrito passou a ser denominado Curiúva, termo de origem indígena: *Curi* (pinha, pinhão) e *Iwa* (árvore). No ano de 1945, Curiúva deixou de pertencer a São Jerônimo e foi anexado ao Município de Congonhinhas, juntamente com esse último. Recebeu sua autonomia político-administrativa em 1947. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

Extrativismo da madeira, criação de porcos e outros animais, e produtos alimentícios de subsistência como milho, feijão, arroz, e, posteriormente, já no século XX, o café e a pecuária de gado, constituíram as atividades econômicas da região. Nos dias atuais, a localidade tem sido tomada por reflorestamento de pinos e eucaliptos. As crises cíclicas da agricultura convencional, a vida precária no campo, os atrativos dos centros urbanos como São Paulo e Curitiba, e, atualmente, o reflorestamento ostensivo pela indústria de papel instalada nas cidades da região, são fatores promotores do esvaziamento do campo pela



presença humana fixada a terra. Tal processo, desde os idos dos anos 1970, resultou numa dinâmica de substituição por trabalhadores temporários, sem direitos trabalhistas básicos, conhecidos na região como boias-frias, cooptados na própria sede do município e demais cidades da região. Esse processo econômico-social, aqui descrito de forma aligeirada, resultou no movimento de existência das escolas rurais.

A história da implementação da educação rural é resultado do contexto geral brasileiro e regional, no período compreendido entre os anos de 1920 a 1960, à esteira da educação como um dos suportes da modernização da sociedade e da economia. Dito de outra forma, a educação rural resultou dos desdobramentos da educação nacional capitaneados por movimentação na dinâmica das realidades econômicas, políticas e social, desde o último quartel do século XIX. (SIKORA; HIDALGO; HEROLD JUNIOR, 2015). Assim, as propostas governamentais no Estado do Paraná inserem-se nessa realidade mais ampla. No município de Curiúva, materializou desde os tempos do processo de colonização da região, que se acentuou na primeira metade do século XX. Entre os fatores que tornaram o tema da educação rural uma questão política, encontra-se o processo de migração do campo para as realidades urbanas. Segundo Paiva (2003), por conta desse processo surgiu um ruralismo pedagógico, cujo objetivo maior era reduzir a onda migratória.

A política estatal da educação primária rural respondia ao enfrentamento de duas demandas: a formação das novas gerações rurais para garantir a fixação a terra, condição do incremento da riqueza do Estado do Paraná, e promover a civilidade da população por meio da aquisição de hábitos de higiene do corpo e da mente. Duas demandas que se complementam, segundo expressão de Sud Mennuci, uns dos propositores da educação rural profissionalizante no Brasil.

Entendo que é indispensável uma profunda modificação no aparelhamento escolar primário, normal e profissional, de maneira a estabelecer três quadros de professores inteiramente distintos, exercendo funções perfeitamente diferentes e apesar de tudo complementares. Temos de separar o ensino das cidades do ensino dos meios rurais e do ensino da zona litorânea. É mister diferenciá-los quanto à sua orientação e ao seu alcance, cindi-los para que produzam três mentalidades absolutamente diversas e que, no entanto, reciprocamente se completem para o equilíbrio social do organismo nacional. Em última análise, temos de criar, com características próprias e intrínsecas, o homem da cidade, o homem do campo, o homem do mar. E criá-los sem que um inveje a sorte do outro e se julgue em plano inferior na escala social. (MENNUCCI, 2006, p. 122).

As políticas de educação rural no Brasil apresentam-se em duas perspectivas e projetos distintos. De um lado, propostas que pretendiam uma formação técnica do homem do campo com o objetivo não só de fixação, mas primordialmente promover uma atividade agrícola mais moderna e mais lucrativa. Às escolas de agricultura se atribuía a missão de fazer com que gerações adquirissem práticas e comportamento de um industrialismo agrícola. (AMARAL, 1907).



Este primeiro modelo data desde os tempos da segunda metade do Império e se confunde com as demandas da constituição de uma agricultura que precisava de novos caminhos no contexto da libertação dos escravos (SCHELBAUER, 1998), e de aproveitamento da mão de obra branca interna e imigrante. Tal cenário se prolongou até meados do século XX. Nessa primeira perspectiva, a função da escola rural deveria atender à demanda de preparar o trabalhador da agricultura e pecuária para o uso de técnicas, ferramentas e práticas de produção mais modernas. Assim, as escolas primárias rurais foram pensadas como lugares de profissionalização.

Em discurso na Assembleia Legislativa do Paraná, Carneiro Leão (1918) defendia a educação profissional do homem do campo. O objetivo era constituir a virilidade do trabalho nos brasileiros, harmonizando a inteligência à execução do trabalho. Vê-se que o autor pensa na escola rural como formadora da racionalidade moderna do trabalho.

Aspiramos por uma educação que, não somente conheça pedagogicamente a criança, as suas tendências e as suas disposições, mas sirva à nacionalidade, à economia e à riqueza do país. De outro modo não atino como se possa fazer do brasileiro, ao invés da criança passiva e alheia (do imprevidente filho destes trópicos) o autor da pátria, o criador positivo da sua virtualidade e da sua grandeza. (LEÃO, 1918, p. 12).

A ideia era ensinar o amor à terra e os processos que a tornasse mais produtiva, garantindo melhores resultados com menos esforços, constituindo o engendramento da nacionalidade a partir do campo. O fortalecimento da atividade agrícola e pecuária demandava, segundo o autor, a escola rural profissionalizante. É a agricultura pensada como condição do progresso da indústria. “Que se leve a escola primaria a toda parte, mas que esse nucleo de instrução publica, seja, sobretudo no campo, o vínculo decisivo para a reconciliação do homem com a terra brasileira.” (LEÃO, 1918, p. 19).

No Estado do Paraná essa perspectiva para a educação rural foi intensificada nos anos 1930 e 1940, nos governos de Manoel Ribas (1932-1945). O Decreto nº 234, de 22 de fevereiro de 1935, criou escolas rurais para formar o trabalhador da agricultura e pecuária paranaense nas dimensões práticas e técnicas. O Decreto nº 7.782, de 6 de janeiro de 1939, as denominou como Escolas de Trabalhadores Rurais do Paraná. (OLIVEIRA M., 2006). “Além do ensino primário, o ensino fundamental e o profissional, especialmente o agrícola, têm merecido grande atenção e tido o maior incremento, principalmente no ano findo de 1939.” (RIBAS, 1940, p. 53).

O segundo cenário, embora tenha suas origens na primeira metade do século XX, solidificou-se no Paraná em sua segunda metade. A proposta era dar ênfase à formação geral do homem do campo e teve em Erasmo Pilotto o seu grande defensor. O educador constituiu-se crítico das propostas de profissionalização do campo. Defendeu uma formação geral na escola primária e denunciou a transformação das escolas profissionalizantes rurais em



espaço de acolhimento (abrigo) de crianças e jovens abandonados e iniciados no crime, constituindo-se em tentativa de profissionalização compulsória. (PILOTTO, 1954). Segundo Miguel (1997, p. 105), Pilotto preconizou uma “[...] instrumentalização educacional do trabalhador, mas também da maior participação da cultura.” Sebastião Paraná, nos idos de 1924, já defendia essa perspectiva.

Nas zonas sertanejas ou praieiras assoladas pelo impudismo, opilação e ‘barbeiro’, a maior resistência às moléstias não resulta do maior vigor phisico do indivíduo, mas do nível de sua capacidade mental. O analphabeto, embrutecido pela ignorancia, incapaz de raciocinar, guiado por abusões, superstições e credices, só aceita intervenção médica na hora do desespero. [...] Portanto, um governo inteligente não póde cogitar de uma efficaz campanha pelo saneamento, a não ser precedida e acompanhada paralelamente pela campanha de elevação mental da população brasileira. (PARANÁ, 1924, p. 37).

No contexto das demais escolas públicas ao longo da República, cumpriam a missão de colaborar na construção da identidade do homem e mulher brasileiros segundo os princípios republicanos, ou seja, estavam envoltas da responsabilidade de alterar formas de comportamento e pensamento, em direção de comportamentos industrialistas. A base ideológica dos discursos era a escolarização para galgar melhores condições de vida para si e engrandecer o país.

No município de Curiúva, os relatos dos entrevistados indicam que a constituição das mesmas se dava por iniciativa das comunidades rurais, e que surgiam mais pela vontade das famílias que viviam do trabalho na terra e de determinados proprietários. Estes cediam espaços onde as escolas funcionavam, ou construía as escolas em suas propriedades, tendo, assim, uma ascendência sobre elas, professores, famílias e estudantes. Desta forma, numa relação social oligárquica, os critérios para a docência primária eram: mulher, obediente, patriota e missionária.

Da década de 1960 em diante, o município passou a construir os prédios escolares, primeiro em madeira (abundante na região) e, a partir do final da década de 1970, aparecem construções em alvenaria, tanto para as novas edificações como para a substituição das antigas.

Na Secretaria Municipal de Educação de Curiúva, doravante grafada como SMEC, foi possível encontrar nos arquivos fontes relativas ao período que se estende do final dos anos 1960 ao tempo dos processos de encerramento das instituições, que se iniciou no entorno dos anos 2000 e se consolidou na segunda década do século XXI.

Entre os diversos fatores de ordem dos rumos da economia e do êxodo rural, o fechamento das escolas rurais deu-se também por conta da demanda por encerrar as turmas multisseriadas. Tal situação tornou onerosa a constituição de escolas não seriadas nas regiões interioranas do município. Dessa forma, para as administrações tornou-se mais viável o



transporte das crianças e jovens de suas localidades para a sede do município ou para distritos e bairros mais populosos, com melhores estruturas. Atualmente o desafio é a qualidade do referido transporte.

Outrossim, não foram encontrados sob a guarda da SMEC documentos relativos ao período anterior ao final dos anos 1960. O município tem sua autonomia datada de 1947. Há, então, um vácuo de 20 anos sobre a questão educacional primária, especificamente a rural. A que se deve isso? Não se conseguiu pistas para respostas e possíveis vestígios que pudessem possibilitar pensar a escrita da História da Educação no tempo em questão.

Segundo a revista comemorativa dos 50 anos do município, os primeiros professores identificados na região do Caetê foram Serafim Pinto da Silva e Inês Amaral, conhecida como Nezita. Entretanto, não indica a época. O primeiro professor estadual foi Gabriel Ârchangelo de Oliveira Rosa, nomeado para professor pelo Decreto nº 403, de 15 de abril de 1921. No ano de 1923, este último foi substituído pela professora Maria Clara Mainardes Rosa, nomeada pelo Decreto de nº 623, de 11 de junho de 1923. A publicação cita ainda as professoras Nelvina Araújo de Moraes, Mercedes Bastos Costa, Maria Dalva Albuquerque, Leonor Marques de Oliveira e os professores: Júlio Batista Ribeiro, Alcides Santos Maia e Emanuel Carneiro. (CURIÚVA, 1997). No decorrer do histórico da cidade, muitas instituições foram constituídas para atender à demanda educacional da zona rural.

Os processos e caminhos da escrita da história da educação das instituições escolares referenciaram a pesquisa em Curiúva, contribuindo na definição dos caminhos para a busca das fontes e na organização da escrita da pesquisa, a partir das publicações nas revistas Histedbr On-line, Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) e Revista História da Educação (RHE). Tal procedimento, segundo Valdemarin (2010), são possibilidades formativas para o pesquisador, que, ao se apropriar das leituras, estabelece relações que indicam caminhos futuros.

O foco específico da pesquisa é a Escola Municipal Rural Maria Quitéria, localizada no Bairro Rio do Engano, na cidade de Curiúva- PR, construída em 1965 e desativada definitivamente em 2004, e a Escola Rural São José, localizada no Bairro Espigão Bonito, construída em 1962, uma das únicas que ainda resistiam à cessação em 2017.

Assim, a busca nos periódicos da área e análise das publicações selecionadas direcionaram os caminhos de investigação na SMEC, na qual encontrou-se grande parte do acervo documental que sustenta a pesquisa: pastas de autorização de funcionamento, atas de exames e histórico dos alunos. Entrevistas e relatos de ex-professores e ex-alunos das instituições complementaram as fontes encontradas. A entrevista como ferramenta de recuperação de fonte memorialística constitui-se em instrumento não isento da intermediação de múltiplos fatores que atuam no seu processo. Desta forma, toda entrevista “[...] é um produto de ambos, narrador e pesquisador.” (PORTELLI, 1997, p. 12). Desta



forma, possibilitou o ensaio da compreensão do contexto e das relações existentes entre a escola e a comunidade, permitindo um entendimento mais abrangente das representações da escola rural e da comunidade.

O relato está constituído de três seções. A primeira atendeu à necessidade de levantamento das produções sobre a história das instituições escolares, definindo-se pelo estudo dos artigos de maior afinidade com a temática da pesquisa. Os resultados nortearam os procedimentos posteriores, indicando possibilidades e construção de caminhos da investigação. Segundo Gramsci, “O trabalho científico [...] aperfeiçoa os próprios instrumentos de experiência e de verificação.” (GRAMSCI, 1978, p. 69).

Na segunda seção, são apresentados os documentos encontrados na SMEC e o seu conteúdo que possibilitam a caracterização do cenário da educação rural no município. No que tange às fontes, a partir de identificações nos documentos, usou-se dos recursos da fonte oral, abordando ex-professores, ex-alunos, bem como professores atuais, como se evidencia na última seção, na qual estão identificados como entrevistados 1, 2, 3 e 4. Segundo Souza (2013), a abordagem histórica, a partir de evidências orais, permite ressaltar elementos que, de outro modo, por outras estratégias investigativas seriam inacessíveis.

A terceira seção apresenta as instituições de ensino Escola Rural São José e Escola Rural Maria Quitéria, inseridas em contexto mais amplo que possibilite compreender que os motivos da constituição e cessação não ocorreram de maneira isolada de fatores de âmbito local, estadual e nacional. Assim, é possível compreender melhor as relações entre a escola, a educação e a comunidade, a política.

AS PESQUISAS HISTORIOGRÁFICAS DA EDUCAÇÃO/INSTRUÇÃO RURAL

A pesquisa demanda partir de inquietações e problematizações que a desencadeia e far-se-á presente ao longo de todo o seu processo. A problematização resulta de longa, persistente e cansativa busca. Não se trata somente de análise e compreensão das produções que possuem relação com o tema da pesquisa a ser construída, mas de pensar os possíveis encaminhamentos e direcionamentos que essa análise pode proporcionar. “A riqueza de um objeto de pesquisa só se revela a um pesquisador que é ele mesmo um sujeito cultural e cientificamente rico.” (PAULO NETTO, 2015, p. 12).

Nesse sentido, o trânsito pela produção do campo sustenta possibilidades formativas para o pesquisador que se apropriando das leituras estabelece as relações que indicam caminhos futuros. (VALDEMARIN, 2010). A breve incursão pelas publicações nos últimos anos nas revistas da área forneceu suporte e encaminhamentos para a realização do trabalho. O mapeamento das produções subsidiou as possibilidades para a busca e armazenamento de



fontes, uma vez que o objetivo mais geral da presente pesquisa foi situar o processo de preservação das fontes e de se resgatar indícios da história das instituições rurais do município de Curiúva-PR.

O trabalho com as revistas da área justifica-se pela investigação, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica ou tema específico, condição *sine qua non* para fundamentar e nortear a pesquisa.

Revisão da Literatura é uma parte vital do processo de investigação. Aquela envolve localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia (revistas científicas, livros, atas de congressos, resumos, etc.) relacionada com a sua área de estudo; é, então, uma análise bibliográfica pormenorizada, referente aos trabalhos já publicados sobre o tema. A revisão da literatura é indispensável não somente para definir bem o problema, mas também para obter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um dado tema, as suas lacunas e a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento. (BENTO, 2012, p. 42).

As observações apresentadas referem-se ao período de 2010 a 2016. As fontes para as buscas foram escolhidas por se tratarem das revistas mais influentes na área da História da Educação no Brasil: Histedbr On-line, Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), Revista de História da Educação (RHE). Os artigos foram selecionados de acordo com o foco da pesquisa, a partir dos descritores escola rural, instituição rural, instituições escolares, grupo escolar, escola primária, educação primária. No estudo dos artigos buscou-se identificar as principais fontes, o processo das pesquisas, o referencial teórico, as categorias de análise e as principais conclusões.

Quanto ao avanço da escola rural durante a primeira metade do século XX brasileiro, é preciso que seja situada no contexto da importância atribuída à escolarização da sociedade, subsidiada na compreensão de que progresso e modernidade da “[...] nação dependiam da qualidade de suas instituições, observando-se as interseções da dimensão política, social, econômica, jurídica, moral e psíquica da coesão social.” (SILVA C., 2011, p. 99).

Nos períodos de vigência hegemônica da escola rural, a população predominantemente analfabeta era responsabilizada pelo atraso do Brasil. Devido a esse contexto, é possível afirmar que a institucionalização e expansão da escola rural deram-se impulsionadas principalmente pela ideia do desenvolvimento industrial, agrícola e econômico, e seu substrato humano demandado: a constituição de uma força de trabalho mais adequada à constituição de um processo de produção mais racional e produtivo no campo. Mais especificamente no Paraná, segundo Andrade (2014), esse fato ocorreu devido ao crescimento do fluxo migratório.

O censo realizado em 1940 destacou que mais da metade da população brasileira adulta não possuía instrução. O investimento no ensino primário fazia-se necessário, tanto para a constituição de uma base humana mais ampla da qual se



originariam os futuros componentes da força de trabalho adequada ao processo de expansão das formas de produção racionais no âmbito dos setores industrial e agrícola, quanto com vistas à formação de sujeitos melhor preparados para participar das novas regras de convivência democrática instituidoras de uma ordem social pautada nos princípios ideológicos do receituário liberal. (ANDRADE, 2014, p. 96).

De um modo geral, a escola primária foi estabelecida como eixo estratégico de construção de um novo modelo de homem e de transformação racional da atividade produtiva, com objetivo de civilizar os costumes do homem do campo, em especial num contexto do processo migratório que se desenhava. “Trata-se, assim, de potencializar a contribuição da educação para o desenvolvimento econômico, o qual, por sua vez, constituir-se-ia na condição necessária para o estabelecimento e manutenção, sem agitações, da ordem social [...]”. (ANDRADE, 2014, p. 96). A escola rural foi transformada num dos pilares de sustentação da nova ordem social em ascensão, devendo submeter corpos e mentes a tal ideário, num processo de ação civilizatória.

Em relação aos métodos usados, os relatos de pesquisas identificadas partem das fontes, sejam elas documentos oficiais e pessoais, entrevistas, diários, relatórios, narrativas, publicações e arquivos entre outros, que relacionados ao problema apresentado levam aos resultados. Porém, percebe-se uma grande dificuldade na busca dessas fontes, e, quando encontradas, quase sempre se encontram em estado de precariedade decorrente da própria materialidade da fonte ou das formas de armazenamento e conservação.

As fontes são essenciais para interpretação e compreensão do fato histórico, sua conservação e acesso por parte do pesquisador são fundamentais para escrita da história. A sociedade como um todo, não tem o hábito de valorizar e preservar os ‘vestígios do passado’, isso se deve tanto pela falta de conhecimento, como pelo senso comum de que tudo que é ‘velho’ precisa ser descartado. Nas instituições escolares, preserva-se a documentação pertinente aos interesses burocráticos do sistema educacional, tais como a documentação pessoal de funcionários e de alunos, descartando-se em sua maioria a documentação vista como ‘desnecessária’ aos interesses da legislação. Ao adentrar na pesquisa sobre uma instituição, o pesquisador percebe que a maioria das fontes já se perdeu, na medida em que a documentação referente a determinadas particularidades foi descartada ou extraviada. (SILVA J., et al., 2015, p. 163-164).

Em geral, as pesquisas apresentam como fontes as narrativas de professores, diário íntimo, caderno escolar, relatórios de inspetores e secretários, registros em sala de aula. Segundo Almeida e Graziottin (2015), a análise do material permite inferências sobre as práticas pedagógicas, buscando entender a importância das instituições para a comunidade local, a região, o Estado e suas famílias. De sorte que nos artigos se identifica, a partir da análise de diário íntimo, a compreensão social da instrução feminina, à docência, e as críticas que ligam a escola rural ao atraso.



Os artigos relatam a carência de documentos oficiais da escola rural, o que impõe aos historiadores procurar suas fontes nas pessoas que viveram e carregam consigo vestígios de determinados assuntos. Segundo os autores, inúmeros foram os processos que designaram o início das instituições rurais, tendo sido consolidada a multisseriação em sua definição. Segundo Souza (2013, p. 19):

Escola multisseriada, de mestre único, unitarista ou isolada são termos atribuídos às escolas de primeiras letras que a partir da segunda metade do século XIX até os dias de hoje, para muitas comunidades rurais representaram a forma possível para o contato com algum tipo de escolarização.

As escolas rurais foram por muitos anos predominantes no que diz respeito ao ensino público nos municípios do interior distante, como o caso de Curiúva. Essas instituições representavam, para a comunidade do meio rural, umas das únicas maneiras de escolarização. As famílias normalmente viviam em condições precárias ou trabalhavam de sol a sol para sustentar sua casa. Os filhos seguiam os passos do pai e desde muito cedo iniciavam sua trajetória na roça.

Os acontecimentos que marcaram as alterações na ordem política, econômica e social contribuíram para a diminuição significativa do número de escolas rurais, dentre eles principalmente se encontra o êxodo rural, provocado pelos fatores de ordem acima citados. Desta forma, muitas escolas cessaram e suas memórias foram se perdendo. Atualmente, os historiadores lutam por resgatar estas fontes e torná-las acessíveis.

Um dos problemas mais evidentes nos arquivos consiste na eliminação indiscriminada dos documentos escolares, isto acontece menos pela ausência de normas legais que regulamentam, do que pela preservação dos documentos. O conhecimento da documentação visa levar a comunidade escolar a compreender a importância na reconstrução da memória institucional. (SILVA J., et al., 2015, p. 160).

O desaparecimento das fontes, mesmo dos documentos escolares oficiais, repercutem no esvaziamento da memória das instituições, da comunidade e de seu povo. O pouco que ainda resiste necessita de cuidados urgentes, uma vez que sua guarda geralmente “[...] se localiza em salas inutilizadas, esquecendo que por meio destes documentos se encontram informações que caracterizam todo um tempo histórico demarcado por uma determinada sociedade.” (SILVA J., et al., 2015, p. 166).

Diante da dificuldade de conseguir as fontes a partir dos documentos disponíveis em lugares públicos, seja na secretaria de educação, prefeitura ou escolas, os historiadores se utilizam de outras fontes como obras de autores, diários, narrativas, relatórios, fotos, atas ou lembranças de entrevistados.

Enfim, os relatos confirmam a estrutura precária, a diversidade de atividades dos professores, como lecionar, cozinhar, limpar, higienizar. Sem mencionar a falta de materiais



didáticos, sobretudo livros, em especial, para os alunos mais pobres. Desta forma, muitos dos materiais acabavam sendo usados por muitos anos num regime de reaproveitamento. Os professores aprendiam no cotidiano a realização de suas funções e metodologias que pudessem servir para orientar seus alunos.

Evidenciou-se nos artigos uma unanimidade em relação às dificuldades no âmbito da história da escola rural, principalmente de estrutura e formação de professores, evidenciando a precariedade de estrutura, materiais e métodos. Também se verificou que a escola rural adquiriu evidência social e política a partir dos projetos liberais de progresso e industrialização que visavam proporcionar mudanças na vida e nos hábitos da população.

Desta forma, as publicações são unânimes quanto às dificuldades de acesso e de encontro com as fontes, o que resulta nos maiores desafios encontrados ao construir uma pesquisa sobre as instituições escolares e a escola rural; o que tem repercutido na tímida presença nos periódicos da área. Os autores explicam que o fato ocorre porque

As instituições escolares, salvo pouquíssimas exceções, não têm a cultura que leve a uma prática contínua de preservação de fontes. Encontramos com frequência a existência do arquivo morto como um amontoado de papéis, caixas velhas, instalados em cubículos, porões ou banheiros quebrados, onde a poeira, a umidade e as traças se encarregam de executar a deterioração do material. (SILVA J., et al., 2015, p. 168).

No município de Curiúva se confirmou a regra dessa prática. O pouco material encontrado encontra-se alojado em caixas e pastas dispostas em armários e gavetas. Apesar de estarem em uma situação um pouco melhor de conservação do que as fontes descritas nos artigos analisados, não aparentam receber o cuidado necessário. Há de considerar que esse melhor estado se deve também por se tratar de documentos referentes aos últimos 50 anos, com uma ausência de mais de 20 anos entre o ano de criação do município e o final dos anos 1960.

A revisão da bibliografia possibilitou conhecer os procedimentos metodológicos mais usuais, os desafios e dificuldades encontrados, os focos de interesse e, principalmente, provocaram para a necessidade de rever os métodos e a forma como as pesquisas foram construídas. As produções analisadas definem como dimensão da perspectiva dialética o ouvir os discordantes e as várias versões. Nesse sentido,

[...] quanto a estudos do tema que deixam de lado a relação entre sociedade e escola, e privilegiaram exclusivamente elementos pedagógicos, isolando-os do próprio mundo interno das instituições escolares. Os resultados se constituem, na maioria das vezes, em micro- histórias da educação que não dão conta de explicar nem mesmo o próprio sentido do objeto investigado. (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2009, p. 492).



O objeto estudado é resultado de contexto social, político e econômico, portanto, repercute a trama ideológica de tal realidade. Assinale-se a contribuição no sentido dialogar com as fontes, identificando as relações existentes entre elas, a sociedade e o processo histórico.

FONTES PARA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE CURIÚVA-PR

A região do Norte Pioneiro sofreu a incidência de um movimento migratório oriundo do sudeste do Brasil desde os anos 1910, que se acentuou nos anos 1920 – 1940. A nova configuração humana na região demandou respostas das autoridades políticas para o desafio da escolarização da população rural. Aqui se repetiu dinâmica semelhante a outras regiões de fronteira agrícola do país nessa época, conforme explica Leite (2002). Em 1960, a população paranaense apresentava os seguintes índices: 30,7% em áreas urbanas e 69,3% em áreas rurais. Diante deste quadro, a democratização do acesso ao ensino significava abrir escolas rurais. Assim, os governos eram instados, por meio da escolarização primária da sociedade rural, a promoverem o estreitamento das pessoas à ruralidade.

Nesta seção, trata-se dos documentos encontrados na SMEC, com potencial de caracterizar o cenário da educação rural no município. Considerando o grande número de escolas rurais de que se têm notícias na história do município, somente a partir dos anos 1970, conforme a Resolução nº 2.048/83, estão identificados 28 estabelecimentos. A grande maioria cessou suas atividades entre 2001 e 2004. Após os fechamentos, restaram apenas alguns poucos documentos de pasta de autorização, escritura de doação de terreno e os históricos dos alunos (que são documentos obrigatórios de guarda pela SMEC).

“As fontes são essenciais para interpretação e compreensão do fato histórico, sua conservação e acesso por parte do pesquisador são fundamentais para escrita da história.” (SILVA J., et al., 2015, p. 163). Desse modo, constituem-se fontes toda materialidade e/ou memória que possibilite a sua leitura e interpretação, e representação de determinados contextos, ações e instituições. De acordo com Schmidt e Cainelli (2004), as fontes historiográficas constituem um acervo de possibilidades que constituem as fontes materiais, escritas, visuais, orais.

Essas são as fontes primárias e por fontes secundárias, podemos compreender os registros que contém informações sobre os conteúdos históricos resultantes de uma ou mais elaborações realizadas por diferentes pessoas. Essas fontes nos chegam por pessoas que realizam reconstruções do passado cujas referências são diferentes testemunhos ou relatos. (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 96).

Na diversidade de fontes utilizadas pelos historiadores da educação, têm adquirido destaque as fontes produzidas internamente pelas instituições de ensino como atas, cartas,



caderno de alunos, documentação de alunos, fotografias, gravações, notas financeiras, relatórios das instituições, projetos políticos pedagógicos, planos de trabalho dos docentes, livros-ponto de funcionários e outros, bem como a memória oralizada.

A função da fonte é conduzir o pesquisador na construção de explicações sobre determinado tema ou objeto. De acordo com João Carlos da Silva et al. (2015, p. 163), “[...] a exploração das fontes é uma das tarefas fundamentais para uma pesquisa, pois ela pode ser o eixo essencial sobre a qual se construirá os estudos e a pesquisa histórica.”

Entretanto, o hábito de armazenamento mais cuidadoso limita-se ao que é burocraticamente necessário. Tal realidade encontra-se tipificada no decorrer desta pesquisa. Poucos documentos foram encontrados, e quanto aos demais, não sabem os agentes indicar qualquer rastro. Atribui-se isso, não como causa única, às constantes mudanças político-administrativas pelas quais passaram o território, que ora foi parte do município de São Jerônimo, ora de Congonhinhas. Da mesma forma, as mudanças relativas às instâncias estaduais de acompanhamento e controle da vida das escolas, como nas cidades de Castro, Tibagi e, mais recentemente, Telêmaco Borba.

Os que restam se mantêm por imposição de interesses burocráticos em sua manutenção, ou na condição da municipalidade como guardião dos documentos de escolaridade dos cidadãos. Daí a importância da pesquisa histórica na identificação e na preservação das fontes e informações que são fundamentais em pesquisas futuras, bem como para a conservação da história da educação no município de Curiúva.

Eles portam dados locais e culturais do período em que foram produzidos, possibilitando a identificação de como se deu o crescimento e desenvolvimento naquele tempo, a formação de novos grupos e classes sociais. As fontes das Instituições Escolares ganham significados na medida em que traz a expressão de sujeitos ou grupos sociais específicos, que representam um contexto histórico determinado, sendo relevantes para compreensão da História da Educação de uma sociedade. (SILVA J., et al., 2015, p. 166-167).

Deste modo, as fontes e documentos encontrados possibilitam uma compreensão para além das informações ali contidas, que demanda do pesquisador a promoção de diálogo com elas e entre elas. As fontes não só dão indícios do contexto histórico e social que envolve a história das instituições escolares, como devem ser provocadas para a leitura e constituição da representação de tal contexto.

Impõe-se, portanto, o exercício de uma forma de escrita da história que supere o isolamento de fatos e pessoas, situando a realidade das instituições num contexto mais amplo, uma vez que nenhuma instituição escolar existe isolada da complexidade das relações com a sociedade que a cerca, bem como com as leis e normas superiores que a regem e influenciam, em nível estadual e/ou nacional.



A escola pública é responsável por guardar e zelar pela documentação gerada [...]. No entanto, a realidade encontrada nas escolas públicas brasileiras, em geral, é bastante diferente. Comumente, encontram-se documentos armazenados em lugares insalubres, misturados aos outros tipos de materiais, como, por exemplo, de limpeza. As más condições de armazenamento dos documentos podem acarretar prejuízos à qualidade de suporte, provocar envelhecimento precoce dos documentos e até perda de informação. (SILVA; RIEDLINGER; CALDERON, 2008, p. 2)

O problema encontra-se no armazenamento das informações e na falta de um local adequado para esta documentação, pois, após o fechamento, todos os documentos são enviados à secretaria de educação, que fica com o encargo de arquivar e preservar esta parte da vida escolar rural.

O resgate das fontes das Instituições Escolares ganha significado na medida em que traz a expressão de sujeitos ou grupos sociais específicos, que representam um contexto histórico determinado, sendo relevantes para compreensão da História da Educação de uma sociedade. A pesquisa sobre as Instituições Escolares enfrenta o mesmo problema existente em toda investigação documental: as precárias condições de preservação dos arquivos, fontes e acervos bem como armazenamento e manutenção das fontes, especialmente pelas escolas públicas. (SILVA, p. 2, 2017).

Logo, o histórico das escolas rurais baseia-se principalmente nos poucos registros encontrados, nas memórias daqueles que, de alguma forma, fizeram parte destas instituições, fotos e arquivos pessoais. Segundo a crítica de Bittar e Ferreira (2009, p. 492),

Quanto mais desconectados, fugazes, rarefeitos e excêntricos forem os objetos de pesquisa, mas eles são nobres e relevantes para o conhecimento histórico. [...] muitos estudos resultantes dessas pesquisas deixaram de lado a relação entre sociedade e escola e privilegiaram exclusivamente elementos pedagógicos isolados até mesmo do próprio mundo interno das instituições escolares.

Os autores referem-se a pesquisas em micro-histórias, que acabam por não explicar o sentido do que foi investigado e o seu complexo contexto. Alertam para o estabelecimento de relações com a sociedade mais próxima e mais abrangente. Segundo João Carlos da Silva et al. (2015), ao se trabalhar com materiais acima indicados, é necessário certo cuidado para não secundarizar a compreensão numa totalidade histórica. Os documentos são selecionados, armazenados ou descartados, devido a sua respectiva importância. Segundo Silva, Riedlinger e Calderon (2008, p. 3)

O ciclo de vida do documento é composto por três períodos ou idades. Na primeira idade os documentos possuem valor primário e pertencem aos arquivos correntes. Aqui os documentos são indispensáveis para as atividades do dia a dia da administração. Na idade intermediária, os documentos são preservados por razões administrativas, legais ou financeiras e pertencem aos ditos arquivos intermediários. Nesse, os documentos de interesse administrativos aguardam os procedimentos de comissão de análise ou triagens que decidira pela eliminação ou arquivamento. Neste caso, a baixa frequência de uso justifica uma conservação



desses documentos em locais mais distantes do produtor. Os documentos de caráter permanente são aqueles que devem ser preservados pelo seu valor histórico, de testemunho. Ficam armazenados nos arquivos permanentes por constituírem-se em testemunho privilegiado das atividades de uma organização.

Esta divisão do ciclo de vida da documentação escolar é o que resulta muitas vezes no desaparecimento dos documentos. Os de caráter permanente têm maiores oportunidades de serem preservados. A partir dos documentos encontrados na SMEC, notou-se que pouco se tem armazenado, e os que foram encontrados, estão em pastas, junto com vários outros documentos, sem uma classificação mais específica. Os históricos dos alunos são separados e armazenados em pastas, divididos pelas instituições dos bairros em que funcionavam. Já o restante da documentação encontra-se em pastas ou caixas-arquivo, nos qual acabam por envelhecer, se perdem ou são descartados.

Dentre estas escolas, buscou-se recuperar nomes, históricos, fontes e fotos que representassem alguns vestígios ainda existentes, que mostram a trajetória de ensino destas instituições, seus professores e metodologia de ensino que retratam a educação da época. No decorrer da pesquisa, foram encontrados 28 nomes de escolas. A busca e o levantamento de documentos na SMEC permitiram contato com as fontes elencadas abaixo, que evidenciam as instituições rurais, informações de localidade e cessação das instituições. Em meio aos materiais encontrados, constam algumas pastas de autorização, as quais continham algumas informações básicas sobre as instituições em questão, tais como o croqui da instituição, professores, localização e área do terreno.

As documentações e informações localizadas na SMEC são todas do tipo fonte escrita, que permitiram destacar e considerar alguns aspectos sobre o papel das escolas rurais no município de Curiúva, suas condições e contexto. Por exemplo, constatar que tais instituições se espalhavam por todo o extenso território do município, composto de vários bairros, alguns bem distantes da cidade. Outro aspecto registrado nos documentos é o processo de fechamento das escolas em decorrência da diminuição do número de alunos, e de fatores de ordem político-administrativa. Alguns indicadores sociais podem ser destacados nesse processo, como o índice mais baixo do número de filhos por casal, o aumento de pessoas deslocando-se da realidade rural rumo à zona urbana do município e para outros municípios e regiões, motivados pelos percalços e alterações da atividade agropastoril na região.

As pastas de autorização de funcionamento evidenciam a diminuição no número de alunos e também indicam que as escolas eram cessadas temporariamente pelo período de dois anos e, definitivamente, se não ficasse comprovada a necessidade de funcionamento, ou não havendo algum tipo de resistência por parte dos moradores. A mobilização da comunidade explica as que resistiram e permaneceram até 2017.



Destaque-se que a documentação de muitas se perdeu, conforme se identificou na carência de documentação sobre as mesmas. Em relação ao histórico dos alunos, apesar de se encontrar a documentação referente a todas as 28 escolas, os que estão na SMEC remontam ao ano de 1971, vinte e quatro anos depois da criação do município, em 1947. Isso é bastante sintomático e indica uma prática muito comum à época dos próprios professores serem os guardiões dos documentos e vestígios da história. Desta forma, tais materiais desapareciam na medida em que essas pessoas se deslocavam para outras regiões ou faleciam.

Sobre as escrituras de doação de terreno, encontraram-se documentos de quase todas as instituições identificadas nos arquivos. As escrituras das escolas mostram que, em sua maioria, os terrenos doados foram ações de donos de terra, que tinham filhos com idade para iniciar nas instituições escolares, ou de fazendeiros com famílias que trabalhavam em suas propriedades e com filhos em idade escolar. A doação era feita em acordo entre prefeitura e proprietário, influenciando o doador na indicação dos professores como se observa pelo grau de parentesco ou apadrinhamento.

Quanto às atas de exames, nas quais consta instituição, nome do professor da turma, data, quantidade de alunos aprovados e repetentes, nome dos alunos, série e aplicador dos exames, encontraram-se atas a partir do ano de 1967. Nestas, observa-se um alto nível de reprovação, embora as professoras entrevistadas relatem que os alunos eram dedicados, em sua maioria.

Nos documentos de autorização, apresentam-se um pouco sobre a identificação e estrutura física das escolas, informações como o número de alunos, funcionários. Esses dados representam a possibilidade de indicar os processos dos debates sobre a permanência em funcionamento, ou não, subsidiados pelo decréscimo de matrículas, conforme indicam os documentos de cessação que coincidem com o ano do fechamento. São documentos usados como argumentos nos encaminhamentos da cessação por conta da diminuição das matrículas e frequência ao longo das décadas.

As fontes evidenciam que a educação rural no município de Curiúva passou por grandes mudanças e transformações nos últimos decênios do século XX e primeiros do século XXI, resultando no acirramento das práticas de fechamento de quase todas as instituições escolares rurais, em decorrência de transformações na dinâmica da atividade produtiva na localidade.

A coleta e análise dos dados referentes às escolas rurais do município de Curiúva constituem-se em oportunidade de se resgatar a biografia do município, a história de muitas famílias e entender como a formação do município foi constituída a partir da educação e da evolução do ensino através do tempo, visto que os professores destas escolas formaram



professores que hoje continuam o legado da docência como missão a serviço da construção e melhoria do município.

A história não é mais do que a sucessão das diferentes gerações, cada uma delas explorando os materiais, os capitais e as forças produtivas que lhes foram transmitidas pelas gerações precedentes; por este motivo, cada geração continua, por um lado, o modo de atividade que lhe foi transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas e, por outro lado, modifica as antigas circunstâncias dedicando-se a uma atividade radicalmente diferente. (MARX; ENGELS, 1999, p. 46).

Escolas não são instituições alheias à realidade na qual estão inseridas. Nessas tensionam direcionamentos, práticas, atitudes e resultados do contexto social, econômico e político. Nesse tensionamento, elas são constitutivas e guardiãs de memórias não só de si mesmas e de seus atores e agentes. Outrossim, são lugares, entre tantos outros, nos quais se engendram elementos da memória de uma determinada localidade, bairro, cidade. A escola constitui parte relevante da memória social de um povo. Os indivíduos costumam acervar questões, ideários e compreensões tematizadas em seus espaços de convivência. Portanto, repercutem a memória dos grupos que fizeram parte. (HALBWACHS, 2006).

MEMÓRIAS DA ESCOLA RURAL SÃO JOSÉ E ESCOLA RURAL MARIA QUITÉRIA: RELAÇÕES ENTRE A ESCOLA, A EDUCAÇÃO E A COMUNIDADE

O objetivo desta seção é apresentar as instituições de ensino Escola Rural São José e Escola Rural Maria Quitéria, inseridas em contexto mais amplo que possibilite compreender que os motivos da constituição e cessação não ocorreram de maneira isolada de fatores de âmbito local, estadual e nacional. Assim, é possível compreender melhor as relações entre a escola, a educação e a comunidade, a política.

Dessa forma, faz-se necessário tratar do contexto mais amplo da Educação. No que se refere ao âmbito nacional, no período de fundação do município de Curiúva-PR, que data de 1947, a educação refletia interesses principalmente políticos, segundo informa Andrade (2014).

Ao lado dessa função política, o processo de extensão da escolarização se afirmou como uma necessidade, tendo em vista o objetivo da melhoria qualitativa da força de trabalho nacional, bem como, consequência deste primeiro fator, a maior racionalização dos processos produtivos, tanto industriais, quanto agrícolas. A consecução de tal objetivo, por seu turno, contribuiria, ao permitir a elevação da riqueza do país e supostamente, sua maior divisão, para a consolidação da nova ordem social democrática. (ANDRADE, 2014, p. 96).

Como aborda a citação acima, a escola com funções centradas na potencialização e contribuição para o desenvolvimento econômico foi levada à zona rural do Brasil. Nesse



sentido, tornou-se um dos pilares de sustentação da nova ordem social em construção, e repercutiu a função de civilizar e engrandecer. Daí tamanho incentivo para construção de novas escolas rurais em todo o Brasil. “No Paraná, esse movimento de expansão das escolas rurais teve relação direta com as frentes de ocupação do território.” (BAREIRO, 2007, p. 70). Segundo Bem e Lima (2015, p. 21):

Na medida em que avançava a colonização particular mediante a venda de pequenos lotes de terras destinados às famílias de agricultores, a reivindicação da escola pelas comunidades aumentava; também o Estado até a década de 1970 procurou atender as demandas para a construção da escola rural, visto esta como uma estratégia para a promoção do desenvolvimento e crescimento da economia paranaense, baseada na agricultura.

Portanto, as frentes de ocupação do território paranaense condicionaram uma ocupação mais intensa do espaço rural, o que paralelamente aumentou a demanda por instituições de ensino que atendessem aos objetivos de formação do homem que valorizasse o meio rural e que estimulasse o crescimento econômico por meio do seu trabalho, visando o desenvolvimento do país.

A proliferação das escolas primárias no campo também era uma política do Estado paranaense para fixação do homem no campo e a integração do mundo rural à economia do Estado, já que a agricultura era a sua principal fonte de geração de riqueza. A escola primária rural foi pensada com uma política estadual, por dois fatores: primeiro relaciona-se à demanda criada, à formação das novas gerações que pudesse garantir a riqueza do estado associada ao rural; segundo, civilizar a população que habitava no meio rural, ensinar não só a ler, escrever e contar, mas hábitos de higiene e valorização da vida no campo. (SCHELBAUER; GONÇALVES NETO, 2013, p. 88).

Nesse contexto, surgiram a Escola Rural Municipal Maria Quitéria, em 1965, no bairro Rio do Engano, Curiúva – PR, e, a Escola Municipal São José, no Bairro Espigão Bonito. A colonização do Norte do Paraná trouxe consigo as “[...] escolas para oferecer um mínimo de qualificação e educação para a população, e como esta estava em sua maioria no campo, a criação e a construção de escolas rurais foi em grande escala.” (BAREIRO, 2007, p. 70).

O contato com a SMEC, ex-professores, ex-alunos e comunidade procurou recuperar nomes, históricos, fontes e fotos que representassem alguns vestígios que permitissem traçar a trajetória destas instituições, seus professores e metodologia, de forma a retratar a educação do período 1965 a 2017. Foi possível identificar e compreender alguns aspectos parciais das histórias das instituições. Ambos os questionamentos foram os mesmos em relação à economia, cultura e produção da comunidade ao redor, o que possibilitou ouvir as várias vozes e os discordantes, proporcionando um diálogo entre estes, bem como as possíveis contradições.



Os relatos indicam que a comunidade no entorno da escola era bastante carente, e sua principal atividade era a agricultura de subsistência. Não havia muita frequência à cidade e quase todos não possuíam instrução escolar alguma. Na manutenção das escolas, os alunos e suas famílias contribuíam com alimentos para a merenda e com o fornecimento de água buscada em minas. Também ajudavam no fornecimento da lenha e no acender o fogão para o preparo da merenda, bem como na organização do ambiente para facilitar o andamento das aulas. Tais atribuições eram naturalizadas como da professora.

As turmas funcionavam em classes multisseriadas, cujos alunos tinham idades entre sete e dezesseis anos. Alguns alunos destacaram que os conteúdos eram mais simples que atualmente. Entretanto, na maioria das vezes, estavam muito distantes da sua realidade, como no caso do que relembrou num exame ter que responder qual o meio de transporte mais rápido.

A professora Maria Dinir da Silva Bueno (70 anos em 2017), ao relatar sobre as dificuldades em lecionar na época, destacou-se por não criticar a forma de ensino. Afirmou que “não era mais difícil, apenas era um momento diferente e que a cobrança e a relação de conteúdo a serem ensinados eram menores”. Bueno, como a maioria das professoras rurais, iniciaram-se na atividade docente por meio de nomeações dos prefeitos. No caso dela, evidencia que a ação benemerita se deu pelas mãos do então prefeito Leony Mainardes Rosa, e sem exigência de formação específica. Ressalta a professora que, algum tempo depois, fez o magistério ofertado pelo governo do Estado do Paraná, para capacitar mais os professores, principalmente os que já atuavam. (CURIÚVA, 1965).

Especificamente sobre a Escola Rural Municipal Maria Quitéria foram encontrados os seguintes documentos: escritura de doação de terreno de 1993, pasta de autorização de funcionamento Escolar de 7 de fevereiro de 2003, histórico dos alunos a partir do ano de 1971 e atas de exame de 1977, 1978 e 1979. Sobre a escritura de doação de terreno, esta é a oficial, mas, segundo o relato da professora citada acima, a primeira doação aconteceu em 1965 por seu sogro, Bráulio Gonçalves Bueno. Os históricos são mantidos todos devido à necessidade burocrática de seu armazenamento. Destaque-se aqui uma relação direta entre o doador do terreno e a primeira professora nomeada.

As atas de exames da instituição evidenciaram elevado índice de reprovação, para o qual as entrevistadas apresentaram como principais motivos a realização de somente dois exames durante o ano letivo como forma de avaliação e o fato de que a maioria dos alunos eram obrigados a desistir dos estudos antes de finalizar o ano para ajudar na lavoura e garantir a subsistência da família. As ausências se davam, por exemplo, quando a família era pequena e tinha menos recursos para o trabalho na terra. Dessa forma, se havia um único animal para as lidas diárias e esse mesmo animal era usado pela criança ou jovem para percorrer longas distâncias até a escola, prevalecia o uso para o trabalho. A



incompatibilidade do currículo e do calendário escolar com as atividades agrícolas e pecuárias, a realização dos exames escolares nas épocas em que havia muito trabalho na roça explicam as desistências e reprovações. As desistências e reprovações se davam pelas condições paupérrimas da população que escolhia a sobrevivência em detrimento da escola. Quando o menino conseguia segurar o instrumento de trabalho, a escola ficava em segundo plano. Isso explica, por exemplo, o maior número de matrículas e frequência no primeiro ano.

Os depoimentos indicam uma escola rural que não tinha como prática um calendário que atendesse a realidade na qual estava situada, constituindo o afastamento dos alunos, especialmente nas épocas de plantio e de colheita, que demandavam maior número de trabalhadores, entre os quais as crianças e jovens. Há que se considerar que o professor da turma não era o proponente da avaliação que resultava na aprovação ou desaprovação.

A situação na Escola Rural São José deu-se de forma bastante semelhante, como atestam os documentos encontrados na SMEC, os relatos das três primeiras professoras da instituição: Leda Cristovam Ferreira, 85 anos; Maria Dolores Romanisio, Maria Judite Rodrigues, 63 anos; Antônia Teixeira Machado, 64 anos. Corroboraram com as informações outros professores que atuaram nesta escola, e que foram alunos das professoras entrevistadas. As professoras relataram suas memórias e lembranças em relação às instituições rurais. Tais constituem os indícios para a história da instituição.

A Escola Municipal São José, situada no Bairro Espigão Bonito, na cidade de Curiúva-PR, sobrevivia à cessação em 2017. A primeira escola que atendia o bairro foi construída no bairro denominado Pelame, em 1962, pelo prefeito Berto Bott. Uma construção de madeira, de porte pequeno, com espaço suficiente para 16 carteiras, que seria demolida em 1970 para dar início à construção de uma nova escola. A Escola Isolada São José foi inaugurada em fevereiro de 1971, conforme informaram as professoras que lá trabalharam.

A memória se torna estratégica para a pesquisa, em especial quando existe dificuldade de acesso aos documentos da instituição, ou quando se quer saber para além dos documentos armazenados. As memórias fornecem subsídios esquecidos ou que são considerados nos documentos.

Quanto aos estudos de memória, é necessário registrar que não sendo a história, é um de seus indícios, que pode ser transformado em documentos e de que se serve o historiador para produzir leituras do passado, do vivido pelo indivíduo, daquilo que se lembram e se esquecem a um só tempo, produzindo no presente determinadas versões do passado. (SOUZA, 2013, p. 20).

Nas entrevistas, os colaboradores foram questionados em relação às atribuições e funções do professor na escola. Segundo Pereira (2011), as pesquisas demonstram que se



colocou no professor da escola rural o peso de outras funções, além da tradicional escolarização. Desta maneira, atuar nas escolas multisseriadas significava desempenhar múltiplas funções, que iam desde lecionar até limpar, cozinhar. Ao professor impôs-se cuidar para que toda a infraestrutura de funcionamento se realizasse.

Além dos documentos disponíveis na secretaria de educação, o historiador também deve ter um olhar atento às informações contidas em outras fontes, como memórias das pessoas situadas no contexto em determinado momento de suas vidas, fotos, objetos e produções da atividade escolar.

O terreno para a construção da primeira Escola Isolada São José, segundo consta no histórico da instituição, foi doado pelo Sr. Silvino Ferreira Junior. Observe-se que a primeira professora tem o mesmo sobrenome, o que permite supor o mesmo enredo que se deu na escola anterior quanto à nomeação da professora. O relato da professora Leda Cristovam Ferreira confirmou que a primeira escola na qual trabalhou na região do bairro do Espigão Bonito fora construída em 1962, era muito pequena. O aumento da demanda de matrículas levou à construção de uma nova escola, no ano 1971.

A ata de exame de 02/12/1978, da Escola Isolada do Espigão, nas classes de 1º, 2º e 3º anos, sob regência da Professora Leda Cristovam Ferreira, informa a presença de 73 alunos matriculados, sendo 57 alunos de 1º ano, 11 alunos do 2º ano e 5 do 3º ano. Observe-se o descompasso gritante entre o número de alunos do primeiro ano para o segundo e terceiro. A relação entre aprovados e repetentes chama atenção: foram aprovados 41 alunos e 32 repetentes. Ao ser questionada sobre os alunos aprovados e repetentes, a entrevistada 1 relatou que “[...] os alunos eram muito bons e esforçados, que raramente precisava chamar atenção, e sempre tiravam notas boas. Os que repetiam eram por que abandonavam a escola, pois precisavam trabalhar para ajudar no sustento de casa.”

Antônia Teixeira Machado, uma das primeiras professoras da Escola São José, e atuante na instituição ainda em 2017, relatou as dificuldades com as quais as professoras se deparavam quando iniciavam sua trajetória: as múltiplas funções de lecionar, cozinhar, limpar, buscar água na mina. A professora atribui a esse processo o aprendizado de ser professora, na convivência com os alunos, que a fez cidadã, docente e pedagoga. Segundo a entrevistada 2, quando começou sua trajetória profissional nas escolas rurais “[...] os materiais eram fornecidos pela prefeitura como: caderno, lápis borracha, e as atividades e provas aplicadas aos alunos eram feitas à mão, uma por uma. Só muitos anos depois, a escola adquiriu o mimeógrafo.” Desta forma, escola acaba sendo vista como um elemento isolado, deixando de lado informações que não são colocadas nos documentos oficiais, como por exemplo, as dificuldades.

Por sua vez, a entrevistada 3 contou que os professores se iniciavam na profissão com um treinamento, que aprender a ser professora se dava no dia a dia em que precisava



dar conta de ensinar a alunos de diferentes níveis de escolarização em uma mesma sala, com idades diversas. A professora evidencia que mesmo com a colaboração dos alunos mais velhos que ajudavam nas tarefas diárias, ser professor exigia muito empenho. Aqui se observa uma tendência da formação da professora na escola rural, ajudar a professora nas atividades.

Os professores entrevistados insistem em exaltar o comprometimento dos alunos, o apoio dos pais (que mesmo contando só com o estudo básico, ou sabendo apenas os números ou ler, cobravam dos filhos para que de fato estudassem, apoiavam os professores em suas atividades, e esperavam que os filhos tivessem um futuro diferente daquele que eles tinham).

A entrevistada 4 relatou a dificuldade do trabalho que começava por morar longe da escola. Atravessava longo trecho a pé ou a cavalo para chegar à instituição. Esta, ao ser questionada sobre a escolha de ser professora diante das dificuldades apresentadas e relatadas pelas demais professoras e por si mesma, argumentou que o trabalho na escola, mesmo que distante e diante das múltiplas funções que se impunham, “[...] era um serviço mais leve que trabalhar na roça, plantando milho, feijão ou roçando pastos. A profissão era gratificante, e cada aluno que agradece e reconhece meus esforços faz valer a pena todas as lutas passadas naquele momento, e que se pudesse voltar, enfrentaria todo o esforço novamente.”

A partir de entrevistas com os primeiros professores que trabalharam nas instituições rurais, percebeu-se o significado que atribuem às suas jornadas de trabalho na educação rural. Ainda se identifica o quanto representa em suas memórias como sujeitos coletivos que contribuíram para a construção do coletivo nas localidades em que atuaram. “Todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo ‘homem coletivo’, isto é, ele pressupõe a obtenção de uma unidade cultural-social.” (GRAMSCI, 1978, p. 36). Unidade cultural-social que o trabalho das professoras ajudou a construir na perspectiva da civilização por meio da higienização em um trabalho desprendido por meio da paciência, dedicação e trabalho em equipe. Por mais que a instituição fosse precária, como as condições dos usuários, os professores entrevistados alegam apoio da prefeitura, do departamento municipal de educação, dos pais de alunos.

Com o passar do tempo, por motivos diversos, em sua maioria decorrente de alterações das relações de trabalho no campo e pela inviabilidade da agricultura familiar por conta de políticas públicas para o segmento, cada vez mais as famílias foram deixando os sítios e fazendas e dirigindo-se para a sede do município e para outras cidades mais distantes e promissoras da região, do Estado e de outros estados da federação. Tal dinâmica, aliada às novas exigências das políticas educacionais, a partir dos anos 1990, tornaram as escolas rurais sinal de retrocesso e de desperdício de dinheiro público. Isso na ótica dos gestores públicos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo contribuir com a escrita da História da Educação Rural no município de Curiúva - Estado do Paraná. Ao ocupar-se especificamente da Escola Rural Municipal Maria Quitéria e Escola Isolada São José, a relevância do estudo se constitui como forma de incentivar compromissos com a conservação de materialidades e memórias que possibilitem a reconstrução histórica e identificação das influências da escola rural sobre a educação, os costumes e a sociedade local.

Assim, evidenciou o cenário da educação rural no município de Curiúva, apesar do processo da pesquisa confirmar o problema da conservação das fontes acusado em pesquisas semelhantes. O que demandou combinar os documentos encontrados na SMEC com relatos de ex-professores e ex-alunos. Preservar as fontes é preservar a possibilidade da história. Sua ausência, quer por problemas de conscientização, quer por falta de condições de preservação, mesmo quando existem leis para tal (sem alocação de recursos e treinamento), impede a escrita de qualquer representação da história, e, a identificação de seus reflexos no presente esvai-se.

Uma das contribuições da pesquisa versa sobre a busca de formas de preservação das fontes. A partir daí, demanda-se a necessidade de formas de armazenamento e preservação. No caso dos documentos sobre as escolas rurais no Município de Curiúva, os documentos de posse da SMEC foram catalogados, em parte digitalizados, as fotografias encontradas com ex-professores, ex-alunos, comunidade e instituições, estão sendo digitalizadas.

As instituições escolares rurais representaram na cidade de Curiúva a contribuição com a formação de muitas gerações do município e ex-moradores, em especial na afirmação da forma vocacionada de ser professora, consolidando, na comunidade, uma compreensão de aspectos e de elementos então considerados indispensáveis na formação da comunidade local. O processo da escola rural em Curiúva andou em sintonia com outras regiões. A escolaridade rural representou a aculturação do morador do campo para a modernização e progresso, a valorização da instrução feminina e da docência, em meio à precariedade destas escolas.

As transformações do contexto local, regional e nacional promoveram mudanças nas e das escolas, dos alunos, dos professores, das atribuições e dos métodos. A representação histórica de tais instituições exige entender que educação é reflexo de um período da história, influenciado por pessoas, cultura e modo de vida, cabendo ao pesquisador perscrutar como essas relações foram determinantes para que os fatos ocorressem desse modo.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, D. B.; GRAZIOTTIN, L. S. S. Escrituras marginais: fragmentos de memórias da professora Malvina Tavares (1891 – 1930). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 15, p. 109-142, abr. 2015. Disponível em: <http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/621/pdf_51>. Acesso em: 19 jul. 2017.

AMARAL, V. F. Sobre a Educação agrícola. **Discursos e Projectos**: Camara dos deputados. Typographia d'A Republica, 1907.

ANDRADE, F. A. Escola como agência de civilização: processos formativos e praticas pedagógicas para a educação rural no Brasil (1946-1964). **Revista Brasileira História da Educação (rbhe)**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 93-108, 2014. Trimestral. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/39682>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

BAREIRO, E. **Políticas educacionais e escolas rurais no Paraná 1930-2005**. 2007. 207 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação para a pesquisa e o ensino de Matemática, Universidade Estadual de Maringá, 2007.

BEM, A.; LIMA, M. G. Criação, expansão e desativação das escolas rurais na mesorregião do Oeste do Paraná. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 20-36, jul./dez. 2015. Semestral.

BENTO, A. V. Como fazer uma revisão da literatura: considerações teóricas e práticas. **Ja Associação Acadêmica da Universidade da Madeira**, Funchal, v. 7, n. 65, p. 42-44, maio 2012. Mensal.

BITTAR, M.; FERREIRA JUNIOR, A. História, epistemologia marxista e pesquisa educacional brasileira. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 30, n. 107, p.489-511, 2009.

CURIÚVA (Município). **Histórico do Município de Curiúva**: Curiúva 50 anos. Antonio Padilha Alonso. (Org.). Revista elaborada especialmente para o 50º aniversário de Curiúva. 1997. Disponível em: <http://cmcuriuva.pr.gov.br/arq/82/o_1a51ku7vp1uam8rg7lp1kpt1g8m12.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2018.

CURIÚVA (Município). **Portaria nº 30**. Curiúva, Pr., 29 abr. 1965.

CURIÚVA (Município). **Resolução 2048/83**. Curiúva, Pr. 1983.

FISCARELLI, R. B. O.; SOUZA, R. F. Símbolos da excelência escolar: história e memória da escola pública inscrita em troféus. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 14, p. 95-115, ago. 2017. Trimestral. Disponível em: <<http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/131/141>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.



HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Histórico Curiúva Paraná - PR**. 2 p. Disponível em: <<https://bit.ly/2HJYRX3>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

LEÃO, A. C. **Pela educação rural**. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1918. (Conferencia proferida, no dia 22 de Julho de 1918, em Coritiba, sob a presidência do Dr. Affonso Camargo, illustre Presidente do Estado do Paraná).

LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões de Nossa Época, n. 70).

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ideologiaalema.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2017.

MENNUCCI, Sud. **A crise da educação brasileira**. São Paulo: Piratininga, 2006. 260 p.

MIGUEL, M. E. B. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.

OLIVEIRA, D. **A urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. 121 p. (Coleção História do Paraná – textos introdutórios).

OLIVEIRA, M. C. M. Medidas do governo Vargas e repercussões na educação do Paraná. **Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 8, n. 8, p. 41-54, 2006. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/download/838/707>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

PAIVA, V. **História da educação popular do Brasil**: educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 2003.

PARANÁ, S. Instrução popular. **O ensino**, n. 1, p. 35-38, 1924.

PAULO NETTO, J. Breve nota à interlocução entre pensadores da educação e Marx. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 37., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSE, ANPEd, 2015. p. 1-31.

PEREIRA, M. A. F. Crise da educação brasileira: problema da educação rural (São Paulo, década de 1930). **Revista História da Educação - Rhe**, Porto Alegre, p. 74-99, dez. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/22181/12897>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

PILOTTO, E. **A educação no Paraná**: síntese sobre o ensino público elementar e médio. Rio de Janeiro: MEC-INEP, 1954.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo, n. 14, p. 31-32, fev. 1997.



RIBAS, M. Relatório ao Presidente Getúlio Vargas, referente ao período de 23 de janeiro de 1932 a 31/12/1939. Curitiba, 1940.

SCHELBAUER, A. R.; GONÇALVES NETO, W. Ensino primário no meio rural paranaense: em foco as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores entre as décadas de 30 e 50 do século XX. **Cadernos de história da educação**, v. 12, n. 1, p. 83-107, jan./jun. 2013.

SCHELBAUER, A. R. **Idéias que não se realizam**: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: Ed. da EDUEM, 1998.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

SIKORA, D.; HIDALGO, A. M.; HEROLD JUNIOR, C. A educação rural no Paraná. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1127-1148, out./dez. 2015.

SILVA, A. C. **Grupo Escolar Esperidião Marques**: uma contribuição para os estudos das instituições escolares em Mato Grosso 1910-1947. 2011. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

SILVA, C. A.; RIEDLINGER, M. A.; CALDERON, W. R. **A Gestão da documentação escolar**: o caso do Colégio Marcelino Champagnat. set. 2008. Disponível em: <http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_educacao/analise_da_gestao_de_documentacao.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

SILVA, J. C. et al. Instituições escolares: memórias, fontes e arquivos. **Rev. Histedbr Online**, Campinas, v. 64, n. 64, p. 159-169, set. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641934>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

SILVA, J. C. **História da educação**: instituições escolares como objeto de pesquisa. 2017. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj17_TS09vbAhWJS5AKHZkeAHEQFghCMAM&url=http%3A%2F%2Fwww.histedbr.fe.unicamp.br%2Facer_histedbr%2Fjornada%2Fjornada8%2Ftxt_comp1%2FJoao%2520Silva.doc&usq=AOvVaw0q69qa4qwWCY3teWBsAJei>. Acesso em: 15 ago. 2017.

SOUZA, J. E. Civilizar o rural?: memórias de práticas em torno da aula pública municipal no morro dos bois – Novo Hamburgo/RS (1933-1952). **Rev. Histedbr On-line**, Campinas, v. 50, p.18-30, maio 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640291/7850>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

VALDEMARIN, V. T. A construção do objeto de pesquisa. **Cultura Acadêmica**, São Paulo, p. 47-65, 2010. Mensal.



Notas

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2014). É professor adjunto na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Professor da Rede Pública do Estado do Paraná desde 1996, com atuação no Ensino Fundamental II, Ensino Médio, Escola Normal. É membro do Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil: GT Histedbr Norte Pioneiro do Paraná (HISTEDNOPR). Desenvolve e orienta pesquisas na área de História e História da Educação.

² Professora PSS na Rede Municipal de Educação do Município de Curiúva, Estado do Paraná. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná-UENP, campus de Cornélio Procópio. Bolsista de IC 2016-2017 da Fundação Araucária. Membro do Grupo de Estudos, UENP, campus de Cornélio Procópio, vinculado ao GT Histedbr Norte Pioneiro do Paraná (HISTEDNOPR).

³ Professora PSS na Rede Municipal de Educação do Município de Curiúva, Estado do Paraná. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná-UENP, campus de Cornélio Procópio. Membro do Grupo de Estudos, UENP, campus de Cornélio Procópio, vinculado ao GT Histedbr Norte Pioneiro do Paraná (HISTEDNOPR).

Submetido em: 09/04/2018

Aprovado em: 10/06/2018

Publicado em: 26/06/2018